

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS – MODALIDADE CASA DE PASSAGEM POR GÊNERO

**OBJETO:** Constitui objeto deste Termo de Referência para selecionar Organização da Sociedade Civil (OSC) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para execução do Serviço de Acolhimento de Adultos e Famílias por gênero feminino e masculino.

#### 1. DA JUSTIFICATIVA

O acolhimento de adultos e famílias é um serviço obrigatório, que pode ser administrado pelo Poder Público de forma direta ou de forma indireta, por meio de parceria com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei Federal n. 13.019/2014, Decreto Executivo n. 35/2017, que se enquadrem nas exigências do art. 3º, da Lei n. 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e da Resolução n. 21/2016, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que se amolde aos termos impostos pelas legislações já referidas e dos termos do presente instrumento, para cumprir a política pública do nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurando o acolhimento com oferta de vagas temporárias para promover o atendimento e a proteção integral a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, garantindo privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Portanto, considerando que a Administração Pública, não possui condições de executar o serviço de forma direta, necessário é que se realize um chamamento público, a fim de que seja selecionada uma OSC ou OSCIP para executar o serviço.

#### 2. DO OBJETO DA PARCERIA

O objeto do presente Termo de Referência é a parceria celebrada pelo Município de Santa Maria/RS, por meio da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social (SMDS) com uma OSC ou OSCIP devidamente cadastradas e com pleno e regular funcionamento

no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Santa Maria, ou do município da sede da OSC ou OSCIP, para executar o Acolhimento de 40 (quarenta) de Adultos e Famílias, sendo 20 (vinte) do gênero feminino e 20 (vinte) do gênero masculino, em casas distintas, pelo prazo de período 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na lei que regulamenta as parcerias desta natureza.

A prestação do serviço deve estar em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com o Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em situação de Rua, bem como as exigências e normas constantes no presente Instrumento.

Todas as iniciativas de planejamento de atividades devem ser previamente comunicadas e avaliadas pelo órgão gestor – Secretaria de Desenvolvimento Social, o qual é responsável pela gestão da Política de Assistência Social no Município de Santa Maria/RS.

### 3. DO AMPARO LEGAL

Sabe-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Federal (CRFB/88) elenca, em seu art. 1º, inciso III, a dignidade da pessoa como fundamento da República Federativa do Brasil e, em seu artigo 3º, inciso III, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais como objetivos da República. Considerando esses dois princípios se tem o conhecimento do *mínimo existencial*, que nada mais é do que a reunião de direitos, dos quais se extrai as condições para uma vivência digna.

Nos dizeres do Ministro Celso de Mello, noção de mínimo existencial:

(...)

compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança.

(...)

Dessa forma, torna-se evidente que, tanto a omissão, quanto a insuficiência na oferta de serviços e equipamentos socioassistenciais por parte do Poder Público configura, em certa medida, violação do dever do Estado de promover a dignidade da pessoa humana

e a eliminação da pobreza por meio da efetivação dos direitos sociais (art. 6º, da CRFB/88).

No âmbito da assistência social, a efetivação se dá por meio de políticas públicas de promoção da cidadania e será prestada a todos os que dela necessitarem, incluindo naturalmente as pessoas em situação de rua, já que a redação contida no art. 203, da Carta Magna que traz 06 (seis) objetivos que a assistência social deve prestar.

Nessa senda, o dispositivo suprarreferido foi regulamentado pela Lei 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social (LOAS), *reconhecendo como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais.*

Em específico, quanto ao serviço objeto deste termo, o inciso II, do art. 23, da LOAS aponta como sendo um serviço socioassistencial, senão vejamos:

Art. 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011](#))

(...)

II - às pessoas que vivem em situação de rua. ([Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011](#))

Ademais, o Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, elencando princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, isto é promover atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Além disso, proporcionar o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil, dentre outros serviços de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social, nos exatos termos da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o qual aprovou o acolhimento institucional da população em situação de rua como serviço tipificado.

Dada à heterogeneidade e a multiplicidade de indivíduos que compõem as ações

para a denominada população em situação de rua, é de grande importância perceber as intersecções entre esta política com os variados planos, políticas e marcos legais, tais como o Estatuto do Idoso, a Política Nacional para Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) e tantos outros que se entrecruzam na realidade específica desta população, justificando assim a presente parceria.

Por fim, com o fito de prosseguir com a tramitação deste termo, utilizar-se-á como regulamento a Lei Federal n. 13.019/2014, o Decreto Executivo n. 35/2017 e a Resolução n. 21/2016, CNAS, para toda e qualquer OSC que quiser participar do Chamamento Público sendo que, no caso de participação de OSCIP, este se submeterá aos moldes e termos da legislação referida.

#### **4. DO SERVIÇO A SER EXECUTADO**

O serviço a ser executado se destina a gestão e manutenção de acolhimento institucional imediato e provisório, com oferta de 20 (vinte) vagas para o gênero masculino e 20 (vinte) para o gênero feminino de forma temporária, com fornecimento de alojamento, roupas de cama e banho, alimentação, higiene e cuidados especiais a migrantes, imigrantes recém-chegados e sem referência no município de Santa Maria – RS; indivíduos que perderam o vínculo familiar por motivos de dependência alcoólica e/ou substâncias psicoativas; indivíduos adultos privados de convivência familiar ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social; famílias; pessoas em situação de abandono; pessoas em situação de rua e pessoas provenientes de operações integradas de remoção.

O serviço deve ser executado da seguinte forma:

a) contemplar acolhimento imediato e provisório para indivíduos adultos de ambos os sexos e família, conforme especificado acima, com equipe especializada para atender a demanda específica em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários;

b) garantir, proteção, escuta, apoio, descanso, alimentação, desenvolvimento do convívio grupal e social, cuidados pessoais, orientação, referência e contra referência e práticas para o pleno exercício da cidadania, construção de estudo de diagnóstico com pós-acolhimento para aquelas pessoas que se encontram em situação de rua, são serviços que devem ser ofertados aos acolhidos pela OSC ou OSCIP;

c) responsabilizar-se pelo acompanhamento de forma efetiva do usuário desligado do Serviço de Acolhimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses após o desligamento. O

acompanhamento deve seguir as orientações contidas no “Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua”, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/texto-de-orientacaoreordenamento-pop-rua-08-05-2012.pdf>;

d) acolher obedecendo rigorosamente a seguinte prioridade de acordo com o número de vagas (camas) disponíveis: idosos, pessoas com deficiência, população de rua, indivíduos adultos privados de convivência familiar ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social ou ainda provenientes de operações integradas de remoção, pessoas em situação de abandono, migrantes, imigrantes recém-chegados e sem referência no município de Santa Maria;

e) promover o transporte da população em situação de rua com veículo utilitário de sua responsabilidade no Município de Santa Maria – RS, visando à busca e o encaminhamento destes acolhidos ao serviço de acolhimento ou depois de o acolhido necessitar dos serviços de saúde.

f) responsabilizar-se pela limpeza diária dos materiais e do local;

g) promover o desenvolvimento social e a reinserção do acolhido no meio social e profissional, adotando as medidas necessárias para esta reinserção:

h) encaminhar as pessoas em situação de rua ao Posto Central do Cadastro Único da Secretaria de Desenvolvimento Social, para que sejam inscritas no Cadastro Único do Governo Federal e participem dos programas sociais nele existentes;

i) identificar potencialidades individuais para posterior encaminhamento a cursos profissionalizantes e ao mercado de trabalho;

j) encaminhar os acolhidos para participação em Cursos de Formação Continuada;

k) desenvolver outras formas de promoção do desenvolvimento individual e social do acolhido;

l) estabelecer vínculos com outros Setores e/ou serviços que promovam o desenvolvimento social, a geração de trabalho e renda e a qualificação profissional do público usuário da Casa de Passagem de Adultos;

m) Elaboração do Regimento Interno em conjunto com a SMDS em conjunto com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e com o CMAS.

## **5. DO ACOLHIMENTO:**

### **5.1 Do perfil:**

a) Migrantes e imigrantes recém-chegados e sem referência no Município de Santa Maria;

- b) Indivíduos que perderam o vínculo familiar por motivos de dependência alcoólica e/ou substâncias psicoativas;
- c) Indivíduos adultos privados de convivência familiar ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social;
- d) Pessoas em situação de abandono;
- e) Pessoas em situação de rua;
- f) Pessoas provenientes de operações integradas de remoção e,
- g) Familiares.

## 5.2 Do número de acolhidos

A OSC ou OSCIP deverá oferecer local com capacidade de 20 (vinte) acolhidos para gênero masculino e 20 (vinte) acolhidos para gênero feminino, em casas separadas, devendo atender a todas as condições e exigências estabelecidas no presente Instrumento.

## 5.3 Do horário de funcionamento

O atendimento prestado pela OSC ou OSCIP deve ser **24 (vinte e quatro) horas**, de forma **ininterrupta** inclusive nos sábados, domingos e feriados, com quadro de recursos humanos devidamente capacitados para promover de imediato o acolhimento, com horários flexíveis para entrada e saída dos acolhidos, de acordo com a necessidade de cada um, sendo vedado estabelecer horário de entrada/acolhimento.

## 5.4 Das refeições a serem servidas

A OSC ou OSCIP deverá oferecer no mínimo 03 (três) refeições diárias, sendo café da manhã, almoço e janta com adequado padrão de nutrição, observando as situações especiais, devendo para tanto fornecer inclusive todos os materiais de cozinha e refeitório, tais como talheres, copos, xícaras, entre outros, em quantidade suficiente para o atendimento dos acolhidos nas casas.

## 5.5 Do espaço físico

a) O espaço físico será de responsabilidade da OSC ou OSCIP. No entanto, o local de execução do serviço será decidido com a gestão da Política de Assistência Social do Município, qual seja Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS), devendo a casa oferecer acessibilidade em todos os ambientes, atendendo as exigências constantes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, observando o limite máximo de

acolhidos por casa, contendo, no mínimo, as seguintes instalações:

- i. Alojamentos conjuntos ou independentes (conforme a necessidade) suficientes para o acolhimento de 20 (vinte) acolhidos em cada casa, com camas, colchões, observando o limite máximo de 04 (quatro) camas por quarto, respeitando as particularidades dos acolhidos;
  - ii. Cozinha com todos os equipamentos necessários para o bom funcionamento da Casa, tais como: fogão, geladeira, freezer, mesas, cadeiras, louças/pratos, copos/xícaras, talheres, chaleiras, panelas, bule, toalhas de mesa e demais utensílios de cozinha, suficientes para o atendimento de 20 (vinte) acolhidos de cada casa;
  - iii. Refeitório para atender a capacidade de 20 (vinte) acolhidos para cada casa;
  - iv. No mínimo, 02 (duas) instalações sanitárias para higiene pessoal com privacidade individual, com chuveiro com água quente;
  - v. Espaço de estar e convívio (TV, sofás, jogos, livros, mesas, cadeiras);
  - vi. Espaço equipado para guarda individual de pertences (armário com chave), atendendo as normas da ABNT; e
  - vii. Todos os espaços citados ou não, devem ter padrões de qualidade quanto à higiene, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto para cuidados pessoais e repouso.
- b) A OSC ou OSCIP deverá disponibilizar espaço físico adequado para atendimento individual do acolhido pela equipe técnica, com acesso aos serviços de internet e de telefonia.

## 6. DOS RECURSOS HUMANOS

a. A equipe de atendimento contratada é de responsabilidade da OSC ou OSCIP e deve atender as exigências constantes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, promovendo acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os acolhidos em qualquer horário do dia ou da noite, podendo ser revistos valores e metas, nos termos do art. 57, da Lei Federal n. 13.019/2014, sendo composta basicamente pela seguinte equipe:

EQUIPE DE REFERÊNCIA PARA ATENDIMENTO DIRETO		
PROFISSIONAL/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador(a)	Nível superior	1 profissional referenciado para até 20 acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos
		<b>JORNADA DIURNA:</b> quatro (quatro) profissionais com escala de

Cuidador(a) Social	Nível Médio e qualificação específica	<p>12x36 horas, podendo ser aumentado nos casos de usuários com demandas específicas (pessoas com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, pessoa idosa com Grau de Dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo), conforme a seguir:</p> <p>a) 1 (um) cuidador para cada 8 (oito) acolhidos, quando houver 1 (um) usuário com demandas específicas;</p> <p>b) 1 (um) cuidador para cada 6 (seis) acolhidos, quando houver 2 (dois) ou mais acolhidos com demandas específicas.</p> <p><b>JORNADA NOTURNA:</b></p> <p>06 (seis) profissionais com escala de 12x36 horas, podendo ser aumentado nos casos de usuários com demandas específicas (pessoas com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, pessoa idosa com Grau de Dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo), conforme a seguir:</p> <p>a) 1 (um) cuidador para cada 8 (oito) acolhidos, quando houver 1 (um) usuário com demandas específicas;</p> <p>b) 1 (um) cuidador para cada 6 (seis) acolhidos, quando houver 2 (dois) ou mais acolhidos com demandas específicas.</p>
Cozinheiro(a)	Nível Fundamental	01 (um) profissional para até 20 acolhidos
Serviços Gerais	Nível Fundamental	01 (um) profissional para até 20 acolhidos
Motorista	Nível Médio e CNH-B ou compatível com o veículo disponibilizado pela instituição	1 profissional por equipamento
Assistente Administrativo	Nível médio	1 profissional por equipamento
<b>EQUIPE DE REFERÊNCIA PARA ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL, VINCULADA AO ÓRGÃO GESTOR</b>		
<b>PROFISSIONAL/FUNÇÃO</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Assistente Social	Nível superior e inscrição no CRESS	1 profissional para atendimento até, no máximo, 20 acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.

Psicólogo (a)	Nível superior e inscrição no CRP	1 profissional para atendimento até, no máximo, 20 acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.
---------------	-----------------------------------	--

## 7. DOS RECURSOS MATERIAIS

a. Os recursos materiais são formados de material permanente e de consumo, necessários e essenciais para o desenvolvimento do serviço e são de responsabilidade exclusiva da OSC ou OSCIP, conforme segue:

i. Material permanente: armários, camas, colchões, cadeiras, mesas, estofados, fogão, geladeira, televisão, máquina de lavar roupas, entre outros; batedeira, liquidificador, filtro de água, processador de alimentos e o que mais for necessário para equipar adequadamente a cozinha e o refeitório; telefone, computadores, impressoras, mesas, cadeiras, armários, etc.; automóvel utilitário, locado ou próprio em perfeitas condições de uso, para realizar a busca de pessoas, e o transporte dos acolhidos, quando necessário;

ii. Material de consumo: panos de prato e de pia, aventais, panelas, frigideiras, caçarolas, panela de pressão, canecas, chaleiras, leiteiras, formas, bacias, escorredor de arroz, colheres de pau, espumadeiras, conchas, jogos de facas para cozinha, abridores de garrafa, de latas e saca rolhas, tábuas de carne, de legumes e de frutas, peneiras, tigelas, saleiros, açucareiros, manteigueiras, pegadores de massa e de salada, bandejas, porta sabão e detergente, esponja, escorredor de louça, lata de lixo, talheres (facas, garfos, colheres de sopa e sobremesa), xícaras, pratos, copos e o que mais for necessário para equipar adequadamente a cozinha e o refeitório; folhas de ofício, cadernos para registros, material de expediente (lápiz, canetas, borracha, etc.), toner, etc.; jogos de lençóis de solteiro completos, fronhas, travesseiros, cobertores, edredons e colchas por pessoa/cama, entre outros; sabão em barra, sabão em pó, sabão líquido, água sanitária, desinfetantes, detergentes, limpadores, esponjas, panos de chão, escovas, vassouras, rodos, baldes, coletor de lixo, entre outros; toalhas de rosto e banho individuais, toalha ou tapete de chão, kit individual contendo sabonete, escova de dente, creme dental, desodorante e shampoo; roupas em geral para situações críticas em boas condições de uso, podendo o órgão gestor auxiliar nesse sentido.

## 8. DOS QUESITOS LEGAIS

a) A OSC ou OSCIP selecionada deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, conforme indicado em cada item e mediante solicitação do Gestor da Parceria do Termo de Colaboração durante a execução da parceria:

- i. Alvarás de funcionamento – apresentar anualmente ao gestor da parceria;
- ii. Fichas ou livros de registro dos recursos humanos utilizados – apresentar sempre que for solicitado pelo ao gestor da parceria;
- iii. Quadro de horário de trabalho – apresentar bimestralmente e sempre que for solicitado pelo gestor da parceria;
- iv. Escala de revezamento trabalho – apresentar bimestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria;
- v. Comprovante de recolhimento da Guia de Previdência Social – GPS – apresentar mensalmente;
- vi. Comprovante de recolhimento da Guia de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – apresentar mensalmente;
- vii. Livro de Inspeção do trabalho e da saúde – apresentar sempre que for solicitado pelo gestor da parceria;
- viii. Cartão ponto dos recursos humanos – apresentar sempre que for solicitado pelo ao gestor da parceria;
- ix. Atestado de Saúde Ocupacional – apresentar a cada nova contratação e/ou substituição de recursos humanos e sempre que for solicitado pelo gestor da parceria;
- x. Comprovação de controle da água para o consumo – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo ao gestor da parceria;
- xi. Comprovação de controle integrado de pragas – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria;
- xii. Comprovação da limpeza e desinfecção da caixa d'água – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria;
- xiii. Comprovação do PPCI, Plano de Prevenção de combate a incêndio – apresentar anualmente.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1 Do Município:**

**9.1.1** Transferir os recursos à OSC ou OSCIP, de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante do Termo de Colaboração e no valor nele fixado;

**9.1.2** Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC ou OSCIP pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

**9.1.3** Comunicar formalmente à OSC ou OSCIP acerca de qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado no Termo de Colaboração, prazo para corrigi-la;

**9.1.4** Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC ou OSCIP para as devidas regularizações;

**9.1.5** Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC ou OSCIP, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

**9.1.6** Aplicar as penalidades regulamentadas no Termo de Colaboração;

**9.1.7** Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC ou OSCIP;

**9.1.8** Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período;

**9.1.9** Publicar, às suas expensas, o extrato do Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

## **9.2 Da OSC ou OSCIP:**

**9.2.1** A OSC ou OSCIP selecionada deverá cumprir rigorosamente as normas emanadas no presente Instrumento;

**9.2.2** A OSC ou OSCIP selecionada deverá responsabilizar-se pelo pagamento de aluguel do espaço destinado ao funcionamento da Casa de Passagem de Adultos e famílias – Gênero Masculino;

**9.2.3** A OSC ou OSCIP selecionada deverá responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de água, luz, telefone, gás, combustível, manutenção, recursos humanos, bem como toda e qualquer despesa inerente ao serviço prestado, ficando impedida de cobrar qualquer ônus do Município de Santa Maria/RS;

**9.2.4** Caso o espaço e/ou veículo utilizado seja próprio, fica a OSC ou OSCIP selecionada impedida de cobrar qualquer ônus do Município de Santa Maria/RS;

**9.2.5** O espaço deverá atender as exigências constantes na neste documento, observando a disponibilidade mínima de 20 (vinte) vagas para os acolhidos do gênero masculino;

**9.2.3** A OSC ou OSCIP selecionada deverá responsabilizar-se pelo pagamento de salários dos recursos humanos contratados, assim como pelos encargos de natureza tributária e trabalhista dos mesmos, ficando impedida qualquer vinculação entre o Município de Santa Maria/RS e os recursos humanos contratados pela OSC ou OSCIP selecionada;

**9.2.4** A OSC ou OSCIP selecionada deverá proporcionar o mínimo de 20 (vinte) vagas para acolhidos e suas famílias;

**9.2.5** A OSC ou OSCIP selecionada deverá promover o transporte das pessoas em situação de rua com veículo utilitário de sua responsabilidade sendo próprio ou locado, de uso exclusivo para o serviço, 24 horas, na área urbana e rural do Município de Santa Maria/RS, visando à busca e o encaminhamento (tratamento e/ou acompanhamento de cuidados em saúde, entrevistas de emprego), entre outros que surgirem relacionados a políticas públicas destes usuários, sendo o combustível, a manutenção do veículo e o motorista às suas despesas;

**9.2.6** A equipe de atendimento contratada pela OSC ou OSCIP selecionada deve atender as exigências constantes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, promovendo atendimento em qualquer horário do dia ou da noite;

**9.2.7** A OSC ou OSCIP selecionada deverá oferecer acolhimento a indivíduo adulto, em caráter provisório, pelo período de no máximo 06 (seis) meses, com o objetivo de promover o desacolhimento e restabelecer os vínculos e/ou propiciar a emancipação do (a) acolhido (a). Qualquer possibilidade de retorno do usuário deverá ser avaliada pelo quadro técnico;

**9.2.8** A OSC ou OSCIP selecionada deverá oferecer e responsabilizar-se pela oferta de refeições conforme descrito no presente Instrumento, com o funcionamento de cozinha e refeitório;

**9.2.9** A OSC ou OSCIP selecionada deverá oferecer os recursos materiais (material permanente e de consumo) e recursos humanos para a efetiva execução do serviço contratado;

**9.2.10** A OSC ou OSCIP selecionada deverá oferecer no mínimo 40 (quarenta) vagas/camas, sendo 20 (vinte) para o gênero masculino e 20 (vinte) para o gênero feminino, em alojamentos individuais ou conjuntos com no máximo 04 (quatro) camas por quarto, de forma a preservar os vínculos familiares, respeitando faixa etária, diferentes necessidades, graus de dependência, condições de saúde e de gênero, para acolhimento provisório para indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social, migrantes, famílias, seus membros e indivíduos provenientes de operações integradas de remoção e população em situação de rua, oferecendo proteção e acolhida, não implicando privação de liberdade;

**9.2.11** A OSC ou OSCIP selecionada deverá apresentar Estatuto Social e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ de acordo com as exigências para execução do objeto que alude o presente Instrumento;

**9.2.12** A OSC ou OSCIP selecionada deverá promover com privacidade o acolhimento provisório de seus indivíduos, respectivamente do gênero masculino e feminino, em situação de rua e de desabrigo por abandono, migração e/ou ausência de residência, situação de trânsito e sem condições de autossustento;

**9.2.13** A OSC ou OSCIP selecionada deverá cumprir rigorosamente o horário de funcionamento, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados;

**9.2.14** A OSC ou OSCIP selecionada disponibilizará telefone, cujo número deverá ser de conhecimento público, para atendimento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados;

**9.2.15** A OSC ou OSCIP selecionada deverá disponibilizar acesso aos serviços de internet para utilização pela equipe administrativa e equipe técnica quando em serviço.

**9.2.16** A OSC ou OSCIP selecionada deverá garantir condições adequadas de habitabilidade, higiene e salubridade das instalações da Casa de Passagem;

**9.2.17** A OSC ou OSCIP selecionada deverá garantir a integridade física dos indivíduos e famílias durante o período de permanência na Casa;

**9.2.18** A OSC ou OSCIP selecionada é responsável exclusiva pelo cumprimento das obrigações comerciais que a mesma estabeleça com eventuais fornecedores de produtos/insumos necessários para o atendimento dos serviços contratados;

**9.2.19** A OSC ou OSCIP selecionada deverá apresentar relatórios semestrais à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social, contendo detalhamento da metodologia empregada para a execução das metas previstas neste Termo de Referência e avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados esperados;

**9.2.20** A OSC ou OSCIP selecionada deverá apresentar mensalmente à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social a prestação de contas junto com o relatório de acolhidos, bem como os documentos abaixo relacionados:

- a) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais.
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais.
- d) Certidão Negativa do FGTS.
- e) Certidão Negativa do INSS.
- f) Relação dos funcionários.

g) Cópia do comprovante de pagamento da folha de pessoal (contracheque, recibo de pagamento, etc.).

h) Cópia dos comprovantes de pagamento das faturas de água, luz, telefone e locação do imóvel do mês anterior ao faturamento apresentado. Ex.: a nota fiscal apresentada refere-se ao faturamento do mês de outubro – deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de pagamento do mês de setembro do fornecimento de água, luz, telefone e locação do imóvel.

i) Relatório mensal dos acolhimentos, com indicação do período de permanência na Casa de Passagem.

**9.2.21** A OSC ou OSCIP selecionada somente receberá o repasse de recurso financeiro mediante a entrega de toda a documentação constante no item 14.2.23.

**9.2.22** A prestação de contas com a documentação supracitada deverão ser entregues na SMDS até o dia 02 (dois) de cada mês.

**9.2.23** A OSC ou OSCIP selecionada é totalmente responsável pelo veículo próprio ou locado, sendo responsável por qualquer despesa ou dano decorrente do uso ou posse do veículo, tal como no caso de locação é responsável por todos os valores.

**9.2.24** A OSC ou OSCIP deverá apresentar todas as informações solicitadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social sobre suas atividades ou que dela decorram, bem como fornecer a documentação necessária, dentro do prazo de 48 horas corridas, salvo documentação que devido à urgência ou necessidade venha disposta com prazo diverso pela Secretaria, sob pena de responsabilização e se for o caso de penalização da instituição.

**9.2.25** A OSC ou OSCIP prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

## **10. DO PAGAMENTO**

**10.1** O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento da prestação de contas mensal, referente aos serviços executados no mês anterior. Para tanto, a referida prestação de contas deverá estar devidamente visada pelo Gestor da Parceria e encaminhada para a Secretaria de Município de Finanças;

**10.2** O pagamento será creditado em conta corrente da OSC ou OSCIP, por meio de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar

explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, nos termos do art. 51, da Lei Federal n. 13.019/2014;

**10.3** Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal ou na fatura serão objeto de correção pela OSC ou OSCIP e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado;

**10.4** O Município reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**10.5** O pagamento somente será liberado após a entrega de toda a documentação constante no item 9.2.23 e o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência da parceria.

**10.6** Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela OSC ou OSCIP e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

**10.7** O Município reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta do seguinte recurso financeiro da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social (SMDS):

Solicitação de Chamamento Público n. \_\_\_\_/2023/SMDS

Projeto/Atividade: 2015 – Manutenções das Ações de Proteção Especial de Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00

Recurso Livre: 001 e 1660

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As penalidades serão aplicadas conforme a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, notadamente pela redação do art. 73, garantida a prévia defesa:

**12.1** advertência;

**12.2** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

**12.3** declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ou OSCIP ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 12.2;

**12.4** se a OSC ou OSCIP recusar-se a executar o serviço, injustificadamente, serão convocados os demais habilitados no processo de Chamamento Público, na ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o habilitado desistente às penalidades, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis;

### **13. DO PRAZO DA PARCERIA E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Considerando que se trata de serviço ininterrupto e continuado, o prazo mínimo de vigência do Termo de Colaboração será pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, já que se trata de serviço continuado, podendo ser rescindido a qualquer tempo na forma da lei. Isso porque, prorrogar os termos de parceria desta natureza pode ser entendido como prejuízo ao processo de chamamento público, nos termos do art. 24, da Lei n. 13.019/2014.

A previsão legal e a execução do serviço contratado deverá ter início após a 30 (trinta) dias da assinatura do termo de parceria.

### **14. DA FISCALIZAÇÃO**

Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo, conforme preceitua o art. 60, da Lei Federal n. 13.019/2014, devendo, no entanto, ser designado um Gestor(a) da Parceria, a fim de que avalie *“o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas”*, nos termos do art. 64, da Lei Federal n. 13.019/2014;

### **15. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **15.1 DOS CRITÉRIOS DE DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA SEM AVALIAÇÃO DA PROPOSTA:**

- a) Não apresentação de documento comprobatório da inscrição válida no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Santa Maria ou da sede da OSC ou OSCIP;

- b) Não apresentação de Certificado Nacional de Assistência Social (CNEAS);  
c) Proposta com valor global superior ao valor total de referência;

### 15.2 DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA:

CrITÉrios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima
1. Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta.	- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (5,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (2,5);	5,00
2. Comprovar experiência profissional com acolhimento institucional de adultos por um período mínimo de 12 (doze) meses ininterruptos.	Máximo de 2,00 pontos, sendo 1,00 ponto para cada período de 12 meses comprovados.	2,00
3. Possuir Certificado com Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS válido.	– Possuir Certificado: 1,00 pontos. – Não possuir certificado: 0,00 ponto.	1,00
4. Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0).	2,00
Total		10,00

### 15.3 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (1). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (2), (3) e (4). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

## 16. DOS VALORES DE REFERÊNCIA PARA A COMPOSIÇÃO DE VALORES DA FOLHA

## DE PAGAMENTO PARA CADA CASA DE PASSAGEM

Cargo	Formação	Qtde	Carga Horária	Valor Mensal (unitário)	Valor Mensal (Total)
Coordenador <sup>1</sup>	Ensino Superior Completo ou cursando as profissões elencadas na Resolução nº 17/2011 – Art. § 3º – CNAS – trabalhadores do SUAS.	01	44hs/semanais	R\$ 3.504,22	R\$ 3.504,22
Assistente Social <sup>2</sup>	Ensino Superior com registro no CRESS.	01	30h/semanais	R\$ 5.261,78	R\$ 5.261,78
Psicólogo <sup>3</sup>	Ensino Superior com registro no CRP.	01	30h/semanais	R\$ 5.261,78	R\$ 5.261,78
Educador Social Diurno	Ensino Médio	04	Escala 12x36 horas	R\$ 2.488,36	R\$ 9.953,44
Educador Social Noturno	Ensino Médio.	06	Escala 12x36 horas	R\$ 2.749,06	R\$ 16.494,36
Cozinheira	Ensino Fundamental completo.	01	44hs/semanais	R\$ 3.091,71	R\$ 3.091,71
Motorista <sup>4</sup>	Ensino Fundamental completo e Carteira de Habilitação de nível condizente com o veículo disponibilizado pela OSC ou OSCIP	01	44hs/semanais	R\$ 3.823,20	R\$ 3.823,20
Serviços Gerais	Ensino Fundamental completo.	01	44hs/semanais	R\$ 2.995,85	R\$ 2.995,85
Assistente Adm.	Nível médio	01	44hs/semanais	R\$ 2.488,36	R\$ 2.488,36
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$ 52.874,70</b>

## 17. DOS VALORES DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE

<sup>1</sup>Conforme Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Entidades, Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Rio Grande do Sul – SENALBA/RS, de 01 de abril de 2023. Anexo II – A presente convenção coletiva apresenta valores referentes a 44 horas semanais.

<sup>2</sup>Conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul – SASERS – Anexo II - A presente convenção coletiva apresenta valores referentes a 30 horas semanais.

<sup>3</sup>O Sindicato dos Psicólogos não prevê piso para sua categoria, o valor informado foi baseado no piso do Assistente Social, para carga horária de 30 horas.

<sup>4</sup>Conforme Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregados em Entidades, Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Rio Grande do Sul – SENALBA/RS, de 01 de abril de 2023 - Valor baseado na Categoria de Empregados em Geral.

## TRABALHO

DESCRIÇÃO	MÉDIA - VALOR MENSAL
<b>MATERIAL DE CONSUMO</b> (alimentos, higiene, limpeza, utensílios, matérias de expediente, passagens...)	<b>R\$ 11.045,84</b>
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA – EQUIPE ENCARREGADA E CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>R\$ 52.874,70</b>
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA</b> (Aluguel, veículo, Água, luz, internet, telefone...)	<b>R\$ 9.000,00<sup>5</sup></b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 72.920,54</b>

Santa Maria, 28 de dezembro de 2023

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LEONARDO CAETANO KORTZ  
Data: 20/03/2024 16:55:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LEONARDO KORTZ**  
Secretário Adjunto  
Matrícula n. 17.501

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DOUGLAS TASCHETTO MARTINS  
Data: 22/03/2024 11:29:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**DOUGLAS TASCHETTO MARTINS**  
Psicólogo  
CRP 07/28085  
Matrícula n. 16.854

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CAROLINE PIVETTA MAIA  
Data: 20/03/2024 17:40:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

<sup>5</sup>Foi incluído o valor da locação do imóvel e locação do veículo, tomando por base os valores praticados no mercado e valores encontrados em sites e registros de preço, cabendo considerar que em caso do imóvel e do veículo serem próprios não poderão compor a base de valores, devendo ser ambos utilizados com a finalidade específica do serviço.

## PLANO DE TRABALHO

<b>1 – DADOS CADASTRAIS</b>			
<b>NOME DA INSTITUIÇÃO:</b>		<b>CNPJ:</b>	
<b>TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:</b>		(X) Sem Fins Lucrativos	
		( ) Cooperativa	
		(X) Religiosa	
<b>ENDEREÇO:</b>			
<b>BAIRRO:</b>		<b>CIDADE:</b>	<b>U.F.</b>
		<b>CEP:</b>	
<b>E-MAIL</b>		<b>TELEFONE:</b>	
<b>CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA:</b>		<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA</b>
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b>		<b>CPF:</b>	
<b>PERÍODO DE MANDATO:</b>	<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b>	<b>CARGO:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>		<b>CEP:</b>	

<b>2 – PROPOSTA DE TRABALHO</b>		
<b>NOME DO PROJETO:</b> Serviço de Acolhimento de Adultos e Famílias - Modalidade Casa de Passagem por gênero		<b>PRAZO DE EXECUÇÃO</b>
		<b>INÍCIO:</b> Mês 1
		<b>TÉRMINO:</b> 36 meses
<b>PÚBLICO ALVO:</b> pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.		
<b>OBJETO DE PARCERIA:</b> Execução de Serviço de Acolhimento Institucional – modalidade CASA DE PASSAGEM - pelo período de 36 (trinta e seis) meses para adultos do gênero feminino acima de 18 anos, em situação de rua e/ou desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, em conformidade com a <i>Lei n. 8742/1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a Resolução n. 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que dispõe sobre tipificação nacional de serviços socioassistenciais, a Resolução n. 21/2016, do CNAS, bem como em consonância ao teor do texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em situação de Rua, como medida de proteção em caráter provisório excepcional.</i>		
<b>Capacidade de atendimento:</b> 20 acolhidos para o gênero feminino		
<b>2.1 – JUSTIFICATIVA:</b> O acolhimento de adultos e famílias é um serviço obrigatório, que pode ser administrado pelo Poder Público de forma direta ou de forma indireta, por meio de parceria com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei Federal n. 13.019/2014, Decreto Executivo n. 35/2017, que se enquadrem nas exigências do art. 3º, da Lei n. 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e da Resolução n. 21/2016, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que se amolde aos termos impostos pelas legislações já referidas, para cumprir a política pública do nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurando o acolhimento com oferta de vagas temporárias para promover o atendimento e a proteção integral a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, garantindo privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião e orientação sexual. Como se sabe, o acolhimento institucional funciona como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família ou alcançar a sua		

autonomia. Ele se faz necessário pela magnitude e complexidade das questões sociais enfrentadas, que envolve, em muitos casos, o abandono, violações ligadas a experiências de violência, ausência de condições objetivas para o autossustento, desemprego e consequente vivência nas ruas, entre tantos outros. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Com o advento da Política Nacional de Assistência Social (2004), a proteção social a pessoas em situação de rua é assegurada, fortalecida pela Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que acrescenta à Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 2009, define essa população como um grupo heterogêneo, definindo uma série de parâmetros básicos e de corresponsabilidade entre as políticas setoriais para a criação de serviços e acessos a este público. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme os perfis. Portanto, considerando que a Administração Pública, não possui condições de executar o serviço de forma direta, necessário é que se realize um chamamento público, a fim de que seja selecionada uma OSC ou OSCIP para executar o serviço em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de serviços, *in casu*, de proteção social especial de alta complexidade, especificamente voltadas a este público.

### 3 - OBJETIVOS:

#### 3.1 – GERAL

Acolher pessoas em situação de rua, em regime de proteção integral em ambiente social adequado favorecendo os resgates dos vínculos familiares.

#### 3.2 – ESPECÍFICOS

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.
- Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva, tais como ao Programa Emprega Santa Maria.
- Proporcionar um espaço de atendimento com a oferta de serviços, materiais e alimentação adequada, conforme Termo de Referência;
- Realizar a prestação de contas de todas as atividades realizadas, conforme Termo de Referência.

### 4 - METODOLOGIA:

**4.1 - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROJETOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Serão oferecidas pela OSC ou OSCIP no mínimo 03 (três) refeições diárias, sendo café da manhã, almoço e janta, com adequado padrão de nutrição, observando as situações especiais, em quantidade suficiente para o

atendimento de até 20 (vinte) acolhidos do gênero feminino. É de responsabilidade da equipe técnica do serviço a realização da acolhida/recepção, proteção, escuta, apoio, descanso, alimentação, desenvolvimento do convívio grupal e social, cuidados pessoais, orientação, referência e contra referência e práticas para o pleno exercício da cidadania, construção de estudo de diagnóstico com pós-acolhimento para aquelas pessoas que se encontram em situação de rua. A ordem de acolhimento a ser seguida pela OSC ou OSCIP selecionada deve obedecer rigorosamente a seguinte prioridade de acordo com o número de vagas (camas) disponíveis: idosos, pessoas com deficiência, população de rua, indivíduos adultos privados de convivência familiar ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social ou ainda provenientes de operações integradas de remoção, pessoas em situação de abandono, migrantes, imigrantes recém-chegados e sem referência na cidade de Santa Maria. Além do fornecimento de alojamento, a OSC ou OSCIP deve providenciar roupas de cama e banho, alimentação, higiene e cuidados especiais a migrantes, imigrantes recém-chegados e sem referência na cidade de Santa Maria/RS, também a indivíduos que perderam o vínculo familiar por motivos de dependência alcoólica e/ou substâncias psicoativas; as normativas e regras de convivência deverão ser elaboradas de forma coletiva, envolvendo os usuários, a OSC ou OSCIP executora do acolhimento, a Secretaria de Município de Desenvolvimento Social (SMDS), por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). As normatizações devem levar em consideração o perfil da população atendida de forma a facilitar seu acesso ao serviço e demais equipamentos e políticas públicas, tendo como foco o atendimento qualificado e personalizado de modo a promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia. Após o desligamento/desacolhimento será realizado o acompanhamento pela OSC ou OSCIP do acolhido desligado do serviço de acolhimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses, de acordo com as orientações contidas no “Texto de Orientação para o reordenamento do serviço de Acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua”<sup>1</sup>. A OSC ou OSCIP selecionada deverá apresentar os seguintes documentos: alvarás de funcionamento – apresentar anualmente ao gestor da parceria; fichas ou livros de registro dos recursos humanos utilizados – apresentar sempre que for solicitado pelo ao gestor da parceria; quadro de horário de trabalho – apresentar bimestralmente e sempre que for solicitado pelo gestor da parceria; escala de revezamento trabalho – apresentar bimestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria; comprovante de recolhimento da Guia de Previdência Social – GPS – apresentar mensalmente; comprovante de recolhimento da Guia de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – apresentar mensalmente; livro de Inspeção do trabalho e da saúde – apresentar sempre que for solicitado pelo gestor da parceria; cartão ponto dos recursos humanos – apresentar sempre que for solicitado pelo ao gestor da parceria; atestado de saúde ocupacional – apresentar a cada nova contratação e/ou substituição de recursos humanos e sempre que for solicitado pelo gestor da parceria; comprovação de controle da água para o consumo – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo ao gestor da parceria; comprovação de controle integrado de pragas – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria; comprovação da limpeza e desinfecção da caixa d’água – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria; comprovação do PPCI – apresentar anualmente. A OSC ou OSCIP selecionada deverá responsabilizar-se pelo pagamento de aluguel do espaço destinado ao funcionamento da Casa de Passagem de Adultos e Famílias – Gênero feminino; pelo pagamento das despesas de água, luz, telefone, gás, combustível, manutenção, recursos humanos, bem como toda e qualquer despesa inerente ao serviço prestado, ficando impedida de cobrar qualquer ônus do Município de Santa Maria/RS; Caso o espaço e/ou veículo utilizado seja próprio, fica a OSC ou OSCIP selecionada impedida de cobrar qualquer ônus do Município de Santa Maria/RS; O espaço deverá atender as exigências constantes na neste documento, observando a disponibilidade mínima de 20 (vinte) vagas para os acolhidos do gênero feminino; pelo pagamento de salários dos recursos humanos contratados, assim como pelos encargos de natureza tributária e trabalhista, ficando impedida qualquer vinculação entre o Município de Santa Maria/RS e os recursos humanos contratados pela OSC ou OSCIP selecionada; promover o transporte das pessoas em situação de rua com veículo utilitário de sua responsabilidade sendo

<sup>1</sup>Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/texto-deorientacaoreordenamento-pop-rua-08-05-2012.pdf>

próprio ou locado, de uso exclusivo para o serviço, 24 horas, na área urbana e rural do Município de Santa Maria/RS, visando à busca e o encaminhamento (tratamento e/ou acompanhamento de cuidados em saúde, entrevistas de emprego, cursos), entre outros que surgirem relacionados a políticas públicas destes usuários, sendo o combustível, a manutenção do veículo e o motorista às suas expensas; deve atender as exigências constantes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, promovendo atendimento em qualquer horário do dia ou da noite; oferecer acolhimento a indivíduo adulto do gênero feminino, em caráter provisório, pelo período máximo de 90 (noventa) dias, com o objetivo de promover o desacolhimento e restabelecer os vínculos e/ou propiciar a emancipação do (a) acolhido (a); ofertar refeições conforme descrito no presente Plano de Trabalho, com o funcionamento de cozinha e refeitório; os recursos materiais (material permanente e de consumo) e recursos humanos para a efetiva execução da parceria; oferecer no mínimo 20 (vinte) vagas/camas, para o gênero feminino, em alojamentos individuais ou conjuntos com no máximo 04 (quatro) camas por quarto, de forma a preservar os vínculos familiares, respeitando faixa etária, diferentes necessidades, graus de dependência, condições de saúde, para acolhimento provisório para indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social, migrantes, famílias, seus membros e indivíduos provenientes de operações integradas de remoção e população em situação de rua, oferecendo proteção e acolhida, não implicando privação de liberdade; apresentar Estatuto Social e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ de acordo com as exigências para execução do objeto que alude o presente instrumento; promover com privacidade o acolhimento provisório de seus indivíduos do gênero feminino, em situação de rua e de desabrigo por abandono, migração e/ou ausência de residência, situação de trânsito e sem condições de autossustento; cumprir rigorosamente o horário de funcionamento, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados; disponibilizar telefone, cujo número deverá ser de conhecimento público, para atendimento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados; disponibilizar acesso aos serviços de internet para utilização pela equipe administrativa e equipe técnica quando em serviço; garantir condições adequadas de habitabilidade, higiene e salubridade das instalações da Casa de Passagem; garantir a integridade física dos acolhidos durante o período de permanência na Casa; cumprir as obrigações comerciais estabelecidas com eventuais fornecedores de produtos/insumos necessários para o atendimento da execução do serviço; apresentar mensalmente à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social a prestação de contas junto com o relatório de acolhidos (quantitativo e qualitativo), bem como os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidão Negativa do INSS;
- Relação dos funcionários;
- Cópia do comprovante de pagamento da folha de pessoal (contracheque, recibo de pagamento, etc.);
- Cópia dos comprovantes de pagamento das faturas de água, luz, telefone e locação do imóvel do mês anterior ao faturamento apresentado. Ex.: a nota fiscal apresentada refere-se ao faturamento do mês de outubro – deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de pagamento do mês de setembro do fornecimento de água, luz, telefone e locação do imóvel; o repasse de recurso financeiro será mediante a entrega de toda a documentação acima;

Apresentar todas as informações solicitadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social sobre suas atividades ou que dela decorram, bem como fornecer a documentação necessária, dentro do prazo de 48 horas, salvo documentação que devido à urgência ou necessidade venha disposta com prazo diverso pela Secretaria, sob pena de responsabilização e se for o caso de aplicação de penalidades; prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado, ou em 30 (trinta) dias ao final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

## **5 - METAS E RESULTADOS ESPERADOS:**

**5.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:** realizar a

acolhida/recepção, proteção, escuta, apoio, descanso, alimentação, desenvolvimento do convívio grupal e social, cuidados pessoais, orientação, referência e contra referência e práticas para o pleno exercício da cidadania, construção de estudo de diagnóstico com pós-acolhimento para aquelas pessoas que se encontram em situação de rua, são serviços que devem ser ofertados aos usuários; promover o transporte da população em situação de rua com veículo utilitário de sua responsabilidade no Município de Santa Maria – RS, visando a busca e o encaminhamento destes usuários ao serviço de acolhimento e da rede de saúde, encaminhar os acolhidos para integrarem o Programa Emprega Santa Maria e/ou encaminhar direto para o mercado de trabalho.

**5.2 - RESULTADOS ESPERADOS:** Garantir o acolhimento para até 20 (vinte) vagas às pessoas do gênero feminino, em situação de rua na cidade de Santa Maria – RS, realizando os encaminhamentos necessários para auxiliar na melhora da realidade dos acolhidos.

**5.3 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:** fiscalizações periódicas; entregas de prestação de contas e relatório de atividades; parecer técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo Gestor da Parceria sobre os resultados atingidos estimados no PLANO DE TRABALHO, com base nos indicadores de desempenho. O monitoramento e avaliação serão realizados mediante análise do Plano de Trabalho, documentos norteadores do serviço e execução direta deste. A OSC ou OSCIP se compromete a encaminhar mensalmente à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social: relatório de execução do objeto, elaborado pela OSC ou OSCIP, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados; relatório de execução financeira com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto; O Gestor da Parceria em conjunto com um Técnico de Referência do serviço realizará visita técnica durante a execução da parceria;

## 6 – DOS RECURSOS HUMANOS

Qtde.	Profissional/ Função	Requisitos	Atribuições	Carga Horária
01	<b>Coordenador</b>	- Nível Superior (de acordo com a NOB/RH SUAS) capacitado e com experiência na área da Política de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;</li> <li>- Elaborar em conjunto com a equipe técnica o Projeto Político Pedagógico;</li> <li>- Participar da elaboração, do acompanhamento, da implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;</li> <li>- Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos;</li> <li>- Proporcionar a formação continuada semanal para os cuidadores;</li> <li>- Proporcionar a escuta qualificada individual junto aos cuidadores</li> </ul>	44h
01	<b>Assistente Social</b>	- Nível superior completo em Serviço Social com registro ativo no Conselho Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;</li> <li>- Atendimento familiar, individual e grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos;</li> <li>- Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas;</li> <li>- Elaborar em conjunto com a coordenação o</li> </ul>	30h

		de Serviço Social - Experiência mínima na função, com atuação comprovada na Política de Assistência Social	Projeto Político Pedagógico; - Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; - Participação das atividades de capacitação e formação continuada dos cuidadores, reuniões de equipe	
01	<b>Psicólogo(a)</b>	- Nível superior completo em Psicologia com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia. - Experiência mínima na função, com atuação comprovada na Política de Assistência Social	- Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; - Atendimento familiar, individual e grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos; - Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; - Elaborar em conjunto com a coordenação o Projeto Político Pedagógico; - Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; - Participação das atividades de capacitação e formação continuada dos cuidadores, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; - Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos; - Instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; - Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.	30h
04	<b>Cuidador Social Diurno</b>  <u>JORNADA DIURNA:</u> 4 (quatro) profissionais com escala de 12x36 horas, podendo ser aumentado o número de cuidadores nos casos de usuários com demandas específicas (pessoas com deficiência, com necessidades específicas de saúde, etc.), conforme a seguir: - 1 (um) cuidador para cada 8 (oito) acolhidos, quando houver 1 (um) usuário com demandas específicas; - 1 (um) cuidador para cada 6 (seis) acolhidos, quando houver 2 (dois) ou mais acolhidos com	- Nível Médio, com qualificação específica para a função;	- Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária, higiene, alimentação e organização do ambiente e limpeza; - Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima; - Recepcionar os adultos do gênero feminino possibilitando uma ambiência acolhedora; Identificar as necessidades e demandas dos usuários; - Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária; - Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas e de lazer; - Desenvolver atividades recreativas e lúdicas; - Potencializar a convivência familiar e comunitária; - Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares; - Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de	Escala 12x36 horas

	demandas específicas		<p>articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;</li> <li>- Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.</li> <li>- Cuidar da organização dos ambientes, limpeza e orientação aos acolhidos para apoio à rotina diária do acolhimento.</li> </ul>	
06	<p><b>Cuidador Social Noturno</b></p> <p><u>JORNADA NOTURNA:</u> 6 (seis) profissionais com escala de 12x36 horas, podendo ser aumentado nos casos de usuários com demandas específicas (pessoas com deficiência, com necessidades específicas de saúde, etc.), conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 (um) cuidador para cada 8 (oito) acolhidos, quando houver 1 (um) usuário com demandas específicas;</li> <li>- 1 (um) cuidador para cada 6 (seis) acolhidos, quando houver 2 (dois) ou mais acolhidos com demandas específicas.</li> </ul>	<p>- Nível Médio, com qualificação específica para a função;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária, higiene, alimentação e organização do ambiente e limpeza;</li> <li>- Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima;</li> <li>- Recepcionar os adultos do gênero feminino possibilitando uma ambiência acolhedora; Identificar as necessidades e demandas dos usuários;</li> <li>- Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;</li> <li>- Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas e de lazer;</li> <li>- Desenvolver atividades recreativas e lúdicas;</li> <li>- Potencializar a convivência familiar e comunitária;</li> <li>- Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;</li> <li>- Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;</li> <li>- Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;</li> <li>- Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.</li> <li>- Cuidar da organização dos ambientes, limpeza e orientação aos acolhidos para apoio à rotina diária do acolhimento.</li> </ul>	Escala 12x36 horas
01	<b>Motorista</b>	<p>- Nível médio.</p> <p>- Devidamente capacitado a realizar o deslocamento dos profissionais e usuários do serviço, com habilitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transportar a equipe de referência, cuidadores e os acolhidos.</li> </ul>	44h

		conforme categoria do veículo disponibilizado para o transporte		
01	<b>Cozinheiro (a)</b>	- Ensino Fundamental.	- Executar as atividades relacionadas ao preparo das refeições, acompanhar a evolução dos cozinhados, executar preparações culinárias simples, fazer o cozimento de legumes, verduras e frutas, preparar sobremesas, doces, lanches e saladas, preparar carnes, aves e peixes e etc., bem como cuidar a organização, arrumação e limpeza da cozinha, e conservação dos alimentos.	44h
01	<b>Serviços Gerais</b>	- Ensino Fundamental.	- Execução dos serviços de arrumação, conservação e limpeza dos espaços da Casa; - Lavar e passar roupas.	44h
01	<b>Assistente Adm.</b>	- Ensino Médio	- prestação de serviços relacionados à execução do plano de trabalho, sendo um elo entre a OSC ou OSCIP e o Gestor da Parceria.	44h

a) a contratação dos profissionais será via CLT, exceto nas hipóteses previstas em lei poderá ser MEI, ME ou RPA.

b) o número de profissionais fixados poderá ser alterado, mediante justificativa e com o aceite do Gestor da Parceria, levando-se em conta os acolhidos e as respectivas demandas específicas previstas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), bem como considerando os dissídios de cada categoria e outros aumentos decorrentes de contratos de terceiros.

<b>7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)</b>						
<b>META</b>	<b>ETAPA/FASE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>INDICADOR FÍSICO</b>		<b>DURAÇÃO</b>	
			<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>
Material de consumo	1	Alimentos, higiene, limpeza, utensílios, matérias de expediente, combustível, materiais de cama, mesa e banho; primeiros socorros, dentre outros materiais que se façam necessários para o cumprimento dos objetivos do serviço	Unidade	Variável	Mês 1	Mês 36
Recursos Humanos	2	01 - Coordenador(a) Geral 44h 01 - Psicólogo(a) 30h 01 - Assistente Social 30h 01 - Cozinheiro(a) 44h 01 - Serviços gerais 44h 04 - Cuidador(a) Social Diurno (12x36) 06 - Cuidador(a) Social Noturno (12x36) 01 - Motorista 44h 01 - Assistente Adm. 44h	RH	17	Mês 1	Mês 36

Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	3	Aluguel de imóvel, aluguel de veículo, Água, luz, internet, telefone, passagens intramunicipais, intermunicipais e interestaduais, dentre outros serviços que se façam necessários para o cumprimento dos objetivos do serviço.	Serviço	Variável	Mês 1	Mês 36
--------------------------------------	---	---	---------	----------	-------	--------

#### 8 - PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$1,00)

RECEITA	TOTAL (36 meses)	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE	-	-	-
CONCEDENTE - PMSM	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48
<b>TOTAL GERAL</b>	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48
DESPESA	TOTAL (36 meses)	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48
CONCEDENTE - PMSM	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48

#### 9 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

##### 9.1 - CONCEDENTE

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	13º MÊS	14º MÊS	15º MÊS	16º MÊS	17º MÊS	18º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	19º MÊS	20º MÊS	21º MÊS	22º MÊS	23º MÊS	24º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	25º MÊS	26º MÊS	27º MÊS	28º MÊS	29º MÊS	30º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	31º MÊS	32º MÊS	33º MÊS	34º MÊS	35º MÊS	36º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54

1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>R\$ 2.625.139,44</b>

<b>9.2 – PROPONENTE</b>						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	13º MÊS	14º MÊS	15º MÊS	16º MÊS	17º MÊS	18º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	19º MÊS	20º MÊS	21º MÊS	22º MÊS	23º MÊS	24º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	25º MÊS	26º MÊS	27º MÊS	28º MÊS	29º MÊS	30º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	31º MÊS	32º MÊS	33º MÊS	34º MÊS	35º MÊS	36º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

<b>10 - DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>VALOR</b>
	Material de Consumo	R\$ 397.650,24
	Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução do serviço	R\$ 1.903.489,20
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 324.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.625.139,44</b>

<b>11 - PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>
A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL deverá ser encaminhada nos termos deste Plano de Trabalho, para a análise do Gestor da Parceria devidamente designado, sem a necessidade de homologação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
A PRESTAÇÃO DE CONTAS deverá ser encaminhada até 30 dias após o final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano;

A PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL deverá ser encaminhada até 90 dias após o término da vigência da parceria

## 12 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da OSC ou OSCIP, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024

OSC ou de OSCIP

## 13 - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 13.1 – Secretário(a) de Município requisitante:

(X) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado digitalmente

LEONARDO CAETANO KORTZ

Data: 16/01/2024 08:16:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### 13.2 – Comissão de Avaliação e Monitoramento

(X) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado digitalmente

KEILA ADRIANA MAZZINI DA ROSA

Data: 16/01/2024 13:08:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

VANISE CANCELA SENSEVER

Data: 16/01/2024 13:23:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### 13.3 – Gestor da Parceria:

( ) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado digitalmente

CAROLINE PIVETTA MAIA

Data: 16/01/2024 13:01:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### 13.4 – Chefe do Poder Executivo:

(X) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

RODRIGO DECIMO

Assinado digitalmente por RODRIGO DECIMO  
DN: CN=RODRIGO DECIMO, E=carlos.prem@gmail.com  
Serial: 1, Exatidão da assinatura: 100%  
Data: 2024-01-16 16:03:03  
Fórmula: Versão: 10.0.1

## PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS			
<b>NOME DA INSTITUIÇÃO:</b>		<b>CNPJ:</b>	
<b>TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:</b>		(X) Sem Fins Lucrativos	
		( ) Cooperativa	
		(X) Religiosa	
<b>ENDEREÇO:</b>			
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>	<b>U.F.</b>	<b>CEP:</b>
<b>E-MAIL</b>	<b>TELEFONE:</b>		
<b>CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA:</b>	<b>BANCO</b>	<b>AGÊNCIA</b>	
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b>		<b>CPF:</b>	
<b>PERÍODO DE MANDATO:</b>	<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b>	<b>CARGO:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>		<b>CEP:</b>	

2 – PROPOSTA DE TRABALHO		
<b>NOME DO PROJETO:</b> Serviço de Acolhimento de Adultos e Famílias - Modalidade Casa de Passagem por gênero	<b>PRAZO DE EXECUÇÃO</b>	
	<b>INÍCIO:</b> Mês 1	<b>TÉRMINO:</b> 36 meses
<b>PÚBLICO ALVO:</b> pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.		
<b>OBJETO DE PARCERIA:</b> Execução de Serviço de Acolhimento Institucional – modalidade CASA DE PASSAGEM - pelo período de 36 (trinta e seis) meses para adultos do gênero masculino acima de 18 anos, em situação de rua e/ou desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, em conformidade com a <i>Lei n. 8742/1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a Resolução n. 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que dispõe sobre tipificação nacional de serviços socioassistenciais, a Resolução n. 21/2016, do CNAS, bem como em consonância ao teor do texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em situação de Rua, como medida de proteção em caráter provisório excepcional.</i>		
<b>Capacidade de atendimento:</b> 20 acolhidos para o gênero masculino		
<b>2.1 – JUSTIFICATIVA:</b> O acolhimento de adultos e famílias é um serviço obrigatório, que pode ser administrado pelo Poder Público de forma direta ou de forma indireta, por meio de parceria com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei Federal n. 13.019/2014, Decreto Executivo n. 35/2017, que se enquadrem nas exigências do art. 3º, da Lei n. 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e da Resolução n. 21/2016, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que se amolde aos termos impostos pelas legislações já referidas, para cumprir a política pública do nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurando o acolhimento com oferta de vagas temporárias para promover o atendimento e a proteção integral a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, garantindo privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião e orientação sexual. Como se sabe, o acolhimento institucional funciona como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família ou alcançar a sua		

autonomia. Ele se faz necessário pela magnitude e complexidade das questões sociais enfrentadas, que envolve, em muitos casos, o abandono, violações ligadas a experiências de violência, ausência de condições objetivas para o autossustento, desemprego e consequente vivência nas ruas, entre tantos outros. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Com o advento da Política Nacional de Assistência Social (2004), a proteção social a pessoas em situação de rua é assegurada, fortalecida pela Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que acrescenta à Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 2009, define essa população como um grupo heterogêneo, definindo uma série de parâmetros básicos e de corresponsabilidade entre as políticas setoriais para a criação de serviços e acessos a este público. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme os perfis. Portanto, considerando que a Administração Pública, não possui condições de executar o serviço de forma direta, necessário é que se realize um chamamento público, a fim de que seja selecionada uma OSC ou OSCIP para executar o serviço em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de serviços, *in casu*, de proteção social especial de alta complexidade, especificamente voltadas a este público.

### **3 - OBJETIVOS:**

#### **3.1 – GERAL**

Acolher pessoas em situação de rua, em regime de proteção integral em ambiente social adequado favorecendo os resgates dos vínculos familiares.

#### **3.2 – ESPECÍFICOS**

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.
- Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva, tais como ao Programa Emprega Santa Maria.
- Proporcionar um espaço de atendimento com a oferta de serviços, materiais e alimentação adequada, conforme Termo de Referência;
- Realizar a prestação de contas de todas as atividades realizadas, conforme Termo de Referência.

### **4 - METODOLOGIA:**

**4.1 - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROJETOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Serão oferecidas pela OSC ou OSCIP no mínimo 03 (três) refeições diárias, sendo café da manhã, almoço e janta, com adequado padrão de nutrição, observando as situações especiais, em quantidade suficiente para o

atendimento de até 20 (vinte) acolhidos do gênero masculino. É de responsabilidade da equipe técnica do serviço a realização da acolhida/recepção, proteção, escuta, apoio, descanso, alimentação, desenvolvimento do convívio grupal e social, cuidados pessoais, orientação, referência e contra referência e práticas para o pleno exercício da cidadania, construção de estudo de diagnóstico com pós-acolhimento para aquelas pessoas que se encontram em situação de rua. A ordem de acolhimento a ser seguida pela OSC ou OSCIP selecionada deve obedecer rigorosamente a seguinte prioridade de acordo com o número de vagas (camas) disponíveis: idosos, pessoas com deficiência, população de rua, indivíduos adultos privados de convivência familiar ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social ou ainda provenientes de operações integradas de remoção, pessoas em situação de abandono, migrantes, imigrantes recém-chegados e sem referência na cidade de Santa Maria. Além do fornecimento de alojamento, a OSC ou OSCIP deve providenciar roupas de cama e banho, alimentação, higiene e cuidados especiais a migrantes, imigrantes recém-chegados e sem referência na cidade de Santa Maria/RS, também a indivíduos que perderam o vínculo familiar por motivos de dependência alcoólica e/ou substâncias psicoativas; as normativas e regras de convivência deverão ser elaboradas de forma coletiva, envolvendo os usuários, a OSC ou OSCIP executora do acolhimento, a Secretaria de Município de Desenvolvimento Social (SMDS), por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). As normatizações devem levar em consideração o perfil da população atendida de forma a facilitar seu acesso ao serviço e demais equipamentos e políticas públicas, tendo como foco o atendimento qualificado e personalizado de modo a promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia. Após o desligamento/desacolhimento será realizado o acompanhamento pela OSC ou OSCIP do acolhido desligado do serviço de acolhimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses, de acordo com as orientações contidas no “Texto de Orientação para o reordenamento do serviço de Acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua”<sup>1</sup>. A OSC ou OSCIP selecionada deverá apresentar os seguintes documentos: alvarás de funcionamento – apresentar anualmente ao gestor da parceria; fichas ou livros de registro dos recursos humanos utilizados – apresentar sempre que for solicitado pelo ao gestor da parceria; quadro de horário de trabalho – apresentar bimestralmente e sempre que for solicitado pelo gestor da parceria; escala de revezamento trabalho – apresentar bimestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria; comprovante de recolhimento da Guia de Previdência Social – GPS – apresentar mensalmente; comprovante de recolhimento da Guia de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – apresentar mensalmente; livro de Inspeção do trabalho e da saúde – apresentar sempre que for solicitado pelo gestor da parceria; cartão ponto dos recursos humanos – apresentar sempre que for solicitado pelo ao gestor da parceria; atestado de saúde ocupacional – apresentar a cada nova contratação e/ou substituição de recursos humanos e sempre que for solicitado pelo gestor da parceria; comprovação de controle da água para o consumo – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo ao gestor da parceria; comprovação de controle integrado de pragas – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria; comprovação da limpeza e desinfecção da caixa d’água – apresentar semestralmente e sempre que for solicitada pelo gestor da parceria; comprovação do PPCI – apresentar anualmente. A OSC ou OSCIP selecionada deverá responsabilizar-se pelo pagamento de aluguel do espaço destinado ao funcionamento da Casa de Passagem de Adultos e Famílias – Gênero Masculino; pelo pagamento das despesas de água, luz, telefone, gás, combustível, manutenção, recursos humanos, bem como toda e qualquer despesa inerente ao serviço prestado, ficando impedida de cobrar qualquer ônus do Município de Santa Maria/RS; Caso o espaço e/ou veículo utilizado seja próprio, fica a OSC ou OSCIP selecionada impedida de cobrar qualquer ônus do Município de Santa Maria/RS; O espaço deverá atender as exigências constantes na neste documento, observando a disponibilidade mínima de 20 (vinte) vagas para os acolhidos do gênero masculino; pelo pagamento de salários dos recursos humanos contratados, assim como pelos encargos de natureza tributária e trabalhista, ficando impedida qualquer vinculação entre o Município de Santa Maria/RS e os recursos humanos contratados pela OSC ou OSCIP selecionada; promover o transporte das pessoas em situação de rua com veículo utilitário de sua responsabilidade sendo

<sup>1</sup>Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/texto-deorientacaoreordenamento-pop-rua-08-05-2012.pdf>

próprio ou locado, de uso exclusivo para o serviço, 24 horas, na área urbana e rural do Município de Santa Maria/RS, visando à busca e o encaminhamento (tratamento e/ou acompanhamento de cuidados em saúde, entrevistas de emprego, cursos), entre outros que surgirem relacionados a políticas públicas destes usuários, sendo o combustível, a manutenção do veículo e o motorista às suas expensas; deve atender as exigências constantes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, promovendo atendimento em qualquer horário do dia ou da noite; oferecer acolhimento a indivíduo adulto do gênero masculino, em caráter provisório, pelo período máximo de 90 (noventa) dias, com o objetivo de promover o desacolhimento e restabelecer os vínculos e/ou propiciar a emancipação do (a) acolhido (a); ofertar refeições conforme descrito no presente Plano de Trabalho, com o funcionamento de cozinha e refeitório; os recursos materiais (material permanente e de consumo) e recursos humanos para a efetiva execução da parceria; oferecer no mínimo 20 (vinte) vagas/camas, para o gênero masculino, em alojamentos individuais ou conjuntos com no máximo 04 (quatro) camas por quarto, de forma a preservar os vínculos familiares, respeitando faixa etária, diferentes necessidades, graus de dependência, condições de saúde, para acolhimento provisório para indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social, migrantes, famílias, seus membros e indivíduos provenientes de operações integradas de remoção e população em situação de rua, oferecendo proteção e acolhida, não implicando privação de liberdade; apresentar Estatuto Social e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ de acordo com as exigências para execução do objeto que alude o presente instrumento; promover com privacidade o acolhimento provisório de seus indivíduos do gênero masculino, em situação de rua e de desabrigo por abandono, migração e/ou ausência de residência, situação de trânsito e sem condições de autossustento; cumprir rigorosamente o horário de funcionamento, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados; disponibilizar telefone, cujo número deverá ser de conhecimento público, para atendimento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados; disponibilizar acesso aos serviços de internet para utilização pela equipe administrativa e equipe técnica quando em serviço; garantir condições adequadas de habitabilidade, higiene e salubridade das instalações da Casa de Passagem; garantir a integridade física dos acolhidos durante o período de permanência na Casa; cumprir as obrigações comerciais estabelecidas com eventuais fornecedores de produtos/insumos necessários para o atendimento da execução do serviço; apresentar mensalmente à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social a prestação de contas junto com o relatório de acolhidos (quantitativo e qualitativo), bem como os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidão Negativa do INSS;
- Relação dos funcionários;
- Cópia do comprovante de pagamento da folha de pessoal (contracheque, recibo de pagamento, etc.);
- Cópia dos comprovantes de pagamento das faturas de água, luz, telefone e locação do imóvel do mês anterior ao faturamento apresentado. Ex.: a nota fiscal apresentada refere-se ao faturamento do mês de outubro – deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de pagamento do mês de setembro do fornecimento de água, luz, telefone e locação do imóvel; o repasse de recurso financeiro será mediante a entrega de toda a documentação acima;

Apresentar todas as informações solicitadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social sobre suas atividades ou que dela decorram, bem como fornecer a documentação necessária, dentro do prazo de 48 horas, salvo documentação que devido à urgência ou necessidade venha disposta com prazo diverso pela Secretaria, sob pena de responsabilização e se for o caso de aplicação de penalidades; prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado, ou em 30 (trinta) dias ao final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

## **5 - METAS E RESULTADOS ESPERADOS:**

**5.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:** realizar a

acolhida/recepção, proteção, escuta, apoio, descanso, alimentação, desenvolvimento do convívio grupal e social, cuidados pessoais, orientação, referência e contra referência e práticas para o pleno exercício da cidadania, construção de estudo de diagnóstico com pós-acolhimento para aquelas pessoas que se encontram em situação de rua, são serviços que devem ser ofertados aos usuários; promover o transporte da população em situação de rua com veículo utilitário de sua responsabilidade no Município de Santa Maria – RS, visando a busca e o encaminhamento destes usuários ao serviço de acolhimento e da rede de saúde, encaminhar os acolhidos para integrarem o Programa Emprega Santa Maria e/ou encaminhar direto para o mercado de trabalho.

**5.2 - RESULTADOS ESPERADOS:** Garantir o acolhimento para até 20 (vinte) vagas às pessoas do gênero masculino, em situação de rua na cidade de Santa Maria – RS, realizando os encaminhamentos necessários para auxiliar na melhora da realidade dos acolhidos.

**5.3 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:** fiscalizações periódicas; entregas de prestação de contas e relatório de atividades; parecer técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo Gestor da Parceria sobre os resultados atingidos estimados no PLANO DE TRABALHO, com base nos indicadores de desempenho. O monitoramento e avaliação serão realizados mediante análise do Plano de Trabalho, documentos norteadores do serviço e execução direta deste. A OSC ou OSCIP se compromete a encaminhar mensalmente à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social: relatório de execução do objeto, elaborado pela OSC ou OSCIP, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados; relatório de execução financeira com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto; O Gestor da Parceria em conjunto com um Técnico de Referência do serviço realizará visita técnica durante a execução da parceria;

## 6 – DOS RECURSOS HUMANOS

Qtde.	Profissional/ Função	Requisitos	Atribuições	Carga Horária
01	<b>Coordenador</b>	- Nível Superior (de acordo com a NOB/RH SUAS) capacitado e com experiência na área da Política de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;</li> <li>- Elaborar em conjunto com a equipe técnica o Projeto Político Pedagógico;</li> <li>- Participar da elaboração, do acompanhamento, da implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;</li> <li>- Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos;</li> <li>- Proporcionar a formação continuada semanal para os cuidadores;</li> <li>- Proporcionar a escuta qualificada individual junto aos cuidadores</li> </ul>	44h
01	<b>Assistente Social</b>	- Nível superior completo em Serviço Social com registro ativo no Conselho Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;</li> <li>- Atendimento familiar, individual e grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos;</li> <li>- Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas;</li> <li>- Elaborar em conjunto com a coordenação o</li> </ul>	30h

		de Serviço Social - Experiência mínima na função, com atuação comprovada na Política de Assistência Social	Projeto Político Pedagógico; - Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; - Participação das atividades de capacitação e formação continuada dos cuidadores, reuniões de equipe	
01	<b>Psicólogo(a)</b>	- Nível superior completo em Psicologia com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia. - Experiência mínima na função, com atuação comprovada na Política de Assistência Social	- Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; - Atendimento familiar, individual e grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos; - Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; - Elaborar em conjunto com a coordenação o Projeto Político Pedagógico; - Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; - Participação das atividades de capacitação e formação continuada dos cuidadores, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; - Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos; - Instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; - Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.	30h
04	<b>Cuidador Social Diurno</b>  <u>JORNADA DIURNA:</u> 4 (quatro) profissionais com escala de 12x36 horas, podendo ser aumentado o número de cuidadores nos casos de usuários com demandas específicas (pessoas com deficiência, com necessidades específicas de saúde, etc.), conforme a seguir: - 1 (um) cuidador para cada 8 (oito) acolhidos, quando houver 1 (um) usuário com demandas específicas; - 1 (um) cuidador para cada 6 (seis) acolhidos, quando houver 2 (dois) ou mais acolhidos com	- Nível Médio, com qualificação específica para a função;	- Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária, higiene, alimentação e organização do ambiente e limpeza; - Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima; - Recepcionar os adultos do gênero masculino possibilitando uma ambiência acolhedora; Identificar as necessidades e demandas dos usuários; - Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária; - Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas e de lazer; - Desenvolver atividades recreativas e lúdicas; - Potencializar a convivência familiar e comunitária; - Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares; - Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de	Escala 12x36 horas

	demandas específicas		<p>articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;</li> <li>- Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.</li> <li>- Cuidar da organização dos ambientes, limpeza e orientação aos acolhidos para apoio à rotina diária do acolhimento.</li> </ul>	
06	<p><b>Cuidador Social Noturno</b></p> <p><u>JORNADA NOTURNA:</u> 6 (seis) profissionais com escala de 12x36 horas, podendo ser aumentado nos casos de usuários com demandas específicas (pessoas com deficiência, com necessidades específicas de saúde, etc.), conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 (um) cuidador para cada 8 (oito) acolhidos, quando houver 1 (um) usuário com demandas específicas;</li> <li>- 1 (um) cuidador para cada 6 (seis) acolhidos, quando houver 2 (dois) ou mais acolhidos com demandas específicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível Médio, com qualificação específica para a função;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária, higiene, alimentação e organização do ambiente e limpeza;</li> <li>- Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima;</li> <li>- Recepcionar os adultos do gênero masculino possibilitando uma ambiência acolhedora; Identificar as necessidades e demandas dos usuários;</li> <li>- Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;</li> <li>- Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas e de lazer;</li> <li>- Desenvolver atividades recreativas e lúdicas;</li> <li>- Potencializar a convivência familiar e comunitária;</li> <li>- Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;</li> <li>- Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;</li> <li>- Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;</li> <li>- Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.</li> <li>- Cuidar da organização dos ambientes, limpeza e orientação aos acolhidos para apoio à rotina diária do acolhimento.</li> </ul>	Escala 12x36 horas
01	<b>Motorista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível médio.</li> <li>- Devidamente capacitado a realizar o deslocamento dos profissionais e usuários do serviço, com habilitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transportar a equipe de referência, cuidadores e os acolhidos.</li> </ul>	44h

		conforme categoria do veículo disponibilizado para o transporte		
01	<b>Cozinheiro (a)</b>	- Ensino Fundamental.	- Executar as atividades relacionadas ao preparo das refeições, acompanhar a evolução dos cozinhados, executar preparações culinárias simples, fazer o cozimento de legumes, verduras e frutas, preparar sobremesas, doces, lanches e saladas, preparar carnes, aves e peixes e etc., bem como cuidar a organização, arrumação e limpeza da cozinha, e conservação dos alimentos.	44h
01	<b>Serviços Gerais</b>	- Ensino Fundamental.	- Execução dos serviços de arrumação, conservação e limpeza dos espaços da Casa; - Lavar e passar roupas.	44h
01	<b>Assistente Adm.</b>	- Ensino Médio	- prestação de serviços relacionados à execução do plano de trabalho, sendo um elo entre a OSC ou OSCIP e o Gestor da Parceria.	44h

a) a contratação dos profissionais será via CLT, exceto nas hipóteses previstas em lei poderá ser MEI, ME ou RPA.

b) o número de profissionais fixados poderá ser alterado, mediante justificativa e com o aceite do Gestor da Parceria, levando-se em conta os acolhidos e as respectivas demandas específicas previstas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), bem como considerando os dissídios de cada categoria e outros aumentos decorrentes de contratos de terceiros.

<b>7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)</b>						
<b>META</b>	<b>ETAPA/FASE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>INDICADOR FÍSICO</b>		<b>DURAÇÃO</b>	
			<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>
Material de consumo	1	Alimentos, higiene, limpeza, utensílios, matérias de expediente, combustível, materiais de cama, mesa e banho; primeiros socorros, dentre outros materiais que se façam necessários para o cumprimento dos objetivos do serviço	Unidade	Variável	Mês 1	Mês 36
Recursos Humanos	2	01 - Coordenador(a) Geral 44h 01 - Psicólogo(a) 30h 01 - Assistente Social 30h 01 - Cozinheiro(a) 44h 01 - Serviços gerais 44h 04 - Cuidador(a) Social Diurno (12x36) 06 - Cuidador(a) Social Noturno (12x36) 01 - Motorista 44h 01 - Assistente Adm. 44h	RH	17	Mês 1	Mês 36

Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	3	Aluguel de imóvel, aluguel de veículo, Água, luz, internet, telefone, passagens intramunicipais, intermunicipais e interestaduais, dentre outros serviços que se façam necessários para o cumprimento dos objetivos do serviço.	Serviço	Variável	Mês 1	Mês 36
--------------------------------------	---	---	---------	----------	-------	--------

#### 8 - PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$1,00)

RECEITA	TOTAL (36 meses)	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE	-	-	-
CONCEDENTE - PMSM	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48
<b>TOTAL GERAL</b>	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48
DESPESA	TOTAL (36 meses)	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48
CONCEDENTE - PMSM	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	R\$ 2.625.139,44	R\$ 72.920,54	R\$ 875.046,48

#### 9 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

##### 9.1 - CONCEDENTE

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	13º MÊS	14º MÊS	15º MÊS	16º MÊS	17º MÊS	18º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	19º MÊS	20º MÊS	21º MÊS	22º MÊS	23º MÊS	24º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	25º MÊS	26º MÊS	27º MÊS	28º MÊS	29º MÊS	30º MÊS
1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
META	31º MÊS	32º MÊS	33º MÊS	34º MÊS	35º MÊS	36º MÊS

1	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84	R\$ 11.045,84
2	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70	R\$ 52.874,70
3	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54	R\$ 72.920,54
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>R\$ 2.625.139,44</b>

<b>9.2 – PROPONENTE</b>						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	13º MÊS	14º MÊS	15º MÊS	16º MÊS	17º MÊS	18º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	19º MÊS	20º MÊS	21º MÊS	22º MÊS	23º MÊS	24º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	25º MÊS	26º MÊS	27º MÊS	28º MÊS	29º MÊS	30º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
META	31º MÊS	32º MÊS	33º MÊS	34º MÊS	35º MÊS	36º MÊS
1	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
3	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

<b>10 - DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>VALOR</b>
	Material de Consumo	R\$ 397.650,24
	Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução do serviço	R\$ 1.903.489,20
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 324.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.625.139,44</b>

<b>11 - PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>
A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL deverá ser encaminhada nos termos deste Plano de Trabalho, para a análise do Gestor da Parceria devidamente designado, sem a necessidade de homologação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
A PRESTAÇÃO DE CONTAS deverá ser encaminhada até 30 dias após o final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano;

A PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL deverá ser encaminhada até 90 dias após o término da vigência da parceria

## 12 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da OSC ou OSCIP, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024

OSC ou de OSCIP

## 13 - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 13.1 – Secretário(a) de Município requisitante:

(X) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado digitalmente

LEONARDO CAETANO KORTZ

Data: 16/01/2024 08:16:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### 13.2 – Comissão de Avaliação e Monitoramento

(X) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado digitalmente

KEILA ADRIANA MAZZINI DA ROSA

Data: 16/01/2024 13:08:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

VANISE CANCELA SENSEVER

Data: 16/01/2024 13:23:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### 13.3 – Gestor da Parceria:

( ) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado digitalmente

CAROLINE PIVETTA MAIA

Data: 16/01/2024 13:01:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### 13.4 – Chefe do Poder Executivo:

(X) Aprovado ( ) Reprovado

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

RODRIGO DECIMO

Assinado digitalmente por RODRIGO DECIMO  
DN: CN=RODRIGO DECIMO, E=rodrigo.decimo@gmail.com  
Serial: 10, Versão: 1.2.3.4  
Carimbo: 16/01/2024 16:16:03  
Data: 2024.01.16 16:03:03  
Poder Executivo - Versão: 1.0.0.1